

OS ARQUIVOS DO PORTO

(DISPONIBILIDADES E CARÊNCIAS)

Por **António Cruz**

I. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

As observações que vão adiante, sugeridas pelo tema em questão, não visam mais do que despertar a atenção de todo o responsável, em ordem a defender, a organizar e a instalar convenientemente os fundos arquivísticos — já estatais, já municipais, já particulares — existentes no Porto. Move-nos ainda, como de outras vezes, o desejo de ver facilitada toda a pesquisa que deve arrancar de qualquer desses núcleos documentais, tornando-os acessíveis ao conhecimento do estudioso através de roteiros e subseqüentes catálogos.

Os arquivos do Porto são aqui considerados no seu conjunto: só um ou outro pode vir a merecer, de momento, apreciação mais detida, uma vez que tanto e só isso permitem o lugar e o tempo. No seu todo e para o efeito pretendido, considerámo-los integrados neste esquema que passamos a esboçar de seguida.

1. Arquivos públicos e privados mantidos pelo Estado

1.1 Arquivo Distrital do Porto

Sem dúvida, pelos fundos nele incorporados, pode ser considerado como o mais importante dos arquivos distritais portugueses.

1.2 Arquivos judiciais

Por lei, teriam de ser incorporados no anterior, quando atingido o limite de tempo fixado para o efeito. Não o têm sido,

pelo facto de o Arquivo Distrital não dispor das condições necessárias para os receber: carecido como está, sobretudo, de instalações próprias ou apropriadas, quer pela falta de espaço, quer à mingua do mínimo de segurança contra o risco de incêndio ou de intempérie.

1.3 *Arquivo da Alfândega do Porto*

Os fundos antigos, remontando aos tempos medievais e épocas posteriores, foram concentrados, com outros idênticos mas de procedência diversa, em Lisboa.

Os diversos serviços integrados na Alfândega do Porto mantêm — pelo menos durante os períodos fixados por lei e que a tanto obrigam — arquivos correntes de inegável interesse, pela quantidade e pela qualidade dos fundos neles integrados.

2. **Arquivos públicos e particulares de autarquias**

2.1 *Arquivo Histórico Municipal* (Gabinete de História da Cidade)

2.2 *Arquivo Municipal*

Corrente e administrativo, com a obrigatoriedade de remeter para o primeiro a documentação que, pelo tempo decorrido sobre a respectiva data, o deva ser (em princípio, contando mais de cinquenta anos). A remessa não se processa com a regularidade necessária, por a tanto se opor a falta de instalações suficientemente amplas na *Casa do Infante*. Estuda-se, há anos, a adaptação, para o efeito, de um edifício contíguo, que o Município adquiriu tendo em vista a ampliação em causa.

2.3 *Arquivo dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade*

2.4 *Arquivo dos Serviços Municipalizados de Aguas e Saneamento*

2.5 *Arquivo dos Serviços de Transportes Colectivos do Porto*

2.6 *Arquivo da Junta Distrital do Porto* hoje designada *Assembleia Distrital*

3. Arquivos de instituições

3.1 *Cartório da Santa Casa da Misericórdia do Porto*

A importância e o interesse da documentação pertencente a este arquivo, ressaltam, de imediato, da consulta de qualquer dos estudos elaborados a partir dos elementos aí recolhidos: quer a *História da Santa Casa*, elaborada por Artur de Magalhães Basto (dois volumes publicados, porém o segundo não completado pelo autor), quer os trabalhos, e muitos são, de autoria de Querubim Lagoa e de Eugénio Andréa da Cunha e Freitas.

3.2 *Arquivos das Ordens Terceiras e de Irmandades que perpetuam a acção benemerente — ou, pelo menos, a memória — das antigas Confrarias dos Mesteiros*

Uma parte da documentação das corporações de artes e ofícios (regimentos e estatutos) foi publicada no volume *Os Mesteres do Porto* (único impresso) e em outros estudos também da nossa autoria.

4. Arquivos particulares

Na impossibilidade de indicar, ao menos, os poucos ou muitos dos arquivos de empresas e outros de consulta facilitada pelos seus donos ou detentores, quando solicitada — e estamos a lembrar, por exemplo, aqueles arquivos literários de fundamental importância para o estudo da vida cultural do Porto e de todo o País, durante o século dezanove e, pelo menos, a primeira metade do actual — aqui citamos, um por todos, o da Companhia Geral de Agricultura dos Vinhos do Alto Douro (Companhia Velha). Sem esquecer, todavia, que empresas centenárias têm acautelados os seus livros de escrituração e outros volumes complementares, todo um conjunto capaz de ministrar bom fundamento para estudos de natureza económica e social.

Será de incentivar toda a pesquisa e toda a diligência que visem detectar cada um desses arquivos e logo, sendo possível, proceder à sua inventariação.

II. CARENCIAS DOS ARQUIVOS DO PORTO

1. Os Arquivos do Porto, assim os públicos como os privados e também os particulares, são, reconhecidamente, no juízo de investigadores nacionais e estrangeiros, dos mais ricos do País, pelo elevado número, qualidade e variedade dos documentos

que neles estão integrados. Assim concluirá, de facto, aquele a quem a fortuna vier a permitir o acesso a tais arquivos, ou, pelo menos, em algum deles, as indispensáveis, porque fundamentais, facilidades de consulta, no caso particular dos arquivos que, por serem públicos, são obrigados a concedê-las, como dispõe a lei.

A dedução e o reparo eram — e ainda o são, em certos casos — aplicáveis à quase totalidade dos arquivos portugueses. Como também lhes é comum a falta de *Roteiros* ou, sequer, de *Repertórios* que introduzam de imediato o investigador no conhecimento dos núcleos, colecções e origem da documentação aí arquivada.

Pela sua finalidade e em benefício de quem investiga, um Roteiro ou um Repertório tem de incluir, referenciando-a, toda a documentação integrada no arquivo a que diz respeito — sem com isso, como é evidente, virem a substituir-se aos índices e catálogos, cabendo a estes a descrição e análise de cada uma das fontes, assim códices como diplomas, integradas nos diversos núcleos de um arquivo.

Apontadas, sumariamente, certas deficiências, impõe-se dizer algo, simultaneamente, sobre as tentativas — e nunca foram outra coisa em tempo algum — até hoje empreendidas, no propósito de remediar os males indicados. Estão ainda e agora em causa, obviamente, todos os arquivos portugueses e não e apenas os do Porto. Podemos então referir, entre as mencionadas tentativas, a que levou João Pedro Ribeiro a redigir um capítulo das suas *Observações Históricas e Críticas* dedicado aos cartórios municipais mais importantes dos concelhos situados ao norte do rio Tejo; uma outra que empreendemos em 1939, abrangendo os cartórios municipais de todo o território português e da qual ficou testemunho num trabalho dactilografado então entregue na Faculdade de Letras de Coimbra e para o qual reunimos, posteriormente, mais informações; e ainda, esta a mais recente de todas, a tentativa a que se têm devotado, ultimamente, alguns sócios da Academia Portuguesa de História, posto que sem obediência a um plano que vise a uniformidade, a partir dos indicadores impostos pela técnica arquivística.

Qualquer destas tentativas pretendeu ou pretende contemplar, através de seu recenseamento, se não todos, ao menos os principais arquivos do País, apontando, uma ou outra vez, para a elaboração do respectivo Roteiro — e também foi isso o que pretendeu, há anos, a Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, promovendo uma inventariação que não foi concluída. Quando a considerar os arquivos existentes em uma localidade ou o caso particular de cada um deles em si, é outro o panorama: e assim, quanto aos arquivos de Lisboa, elaborou Virginia Rau, há anos, se não um Roteiro, ao menos uma útil informação documentada e esclarecedora, que apresentou ao Colóquio Inter-

nacional de Estudos Luso-Brasileiros reunido em Washington, no ano de 1950. Anos decorridos, coube-nos preparar um trabalho idêntico, dedicado aos arquivos do Porto e publicado na revista *Archivum*, editada sob os auspícios do Conselho Internacional des Archives (França).

2. É necessário relembrar que alguns dos nossos arquivos principais têm servido de tema para trabalhos de tipo monográfico. Não se trata ainda, em caso algum, de um *Roteiro*, mas também é verdade que essas monografias integram, uma ou outra vez, inventários completos ou parciais de determinados núcleos diplomáticos, quando não são os respectivos autores a deterem-se, se é caso de tanto, na indicação de pormenores, já de ordem interna, já externa, que tocam de perto com os documentos que consultaram e que lhes foram tema. Ao fazerem-no, desde logo rasgaram novas pistas que ficaram ao serviço de outros investigadores, na medida em que remeteram ao domínio comum o que era anteriormente ignorado.

Estas observações, no parecer do desprevenido, talvez possam vir a considerar-se como inoportunas. Em nosso juízo, elas são, ao menos, um aviso — e uma solicitação. Aviso para quem, de costume ou por ignorância, não se dá ao cuidado de devassar o conteúdo de singelas monografias de âmbito regional, deixando assim de obter conhecimento útil sobre alguns núcleos arquivísticos. E uma solicitação, esta endereçada aos autores das futuras monografias, para que não deixem uma só vez de indicar as fontes de que vieram a aproveitar-se para os seus estudos, demorando-se, sobretudo, na seriação e descrição dos fundos arquivísticos a que recorreram.

Queremos lembrar, a este propósito, que foi elaborado, há anos, no Seminário de História de Portugal da Faculdade de Letras do Porto, um plano de trabalho, orientado no sentido de reunir, pouco a pouco, roteiros ou repertórios de arquivos municipais e dos cartórios de certas instituições de bem-fazer e outras, confiando a cada aluno que assim o desejasse uma área geográfica bem de acordo com as suas disponibilidades, quer de tempo, quer decorrentes da sua naturalidade ou moradia. Terá sido esta, como é bem possível, e tanto desejávamos, a raiz de um tão útil, quanto necessário e urgente, *Centro de Documentação Arquivística*, a instalar na Faculdade? Pelo menos, não era outro o nosso propósito.

Quando de todo se torna impossível, como é óbvio, arrecadar e conservar os próprios documentos, e quase incomportável, pelo seu custo elevado, a reprodução dos originais em microfílm ou fotocópias, o que se impõe é criar, manter e desenvolver um Centro de Documentação, que na primeira fase prestará serviço útil de toda a vez que facilitar a consulta de roteiros ou guias de arquivos de uma região, vindo a prestá-lo,

e mais assinalado, naquela outra fase avançada em que o desejado Centro disponha de ficheiros com os resultados obtidos na devassa sistemática e exaustiva de todos os diplomas contidos nos núcleos arquivísticos da mesma área.

Anotemos, desde já, que ao referirmo-nos a um Centro de Documentação não estamos, de maneira alguma, a querer invocar, em benefício de uma velha aspiração, as disposições contidas na legislação vigente: servimo-nos da designação tão só por ser esta a consagrada nos domínios internacionais da Documentalística. Vai a tempo a explicação para que ninguém rebusque nas linhas ou entrelinhas o que lá não está e não se deixou oculto.

Uma ou outra vez, será retomado o caminho das observações feitas até agora: há-de obrigar a tanto o que importa e prometemos escrever sobre os Arquivos do Porto. Porém, antes de abordar o tema e para sublinhar devidamente quanto é grave uma carência em relação aos arquivos em causa, como também o é em relação aos diversos arquivos portugueses, apontemos o exemplo das monografias especialmente dedicadas ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo e que têm prestado os mais valiosos e decisivos auxílios a gerações sucessivas de investigadores.

Referimo-nos, evidentemente, ao volume de autoria de António Baião e Pedro de Azevedo, publicado em 1905 — que ainda hoje mantém a posição singular de guia prestimoso para quem ambiciona saber quais são os mais importantes núcleos arquivísticos reunidos na Torre do Tombo, bem como a sua origem. E lembramos também uma outra monografia, posto que menos ambiciosa, escrita por Mesquita de Figueiredo e editada em 1922. Finalmente, como roteiro indicador de todas as fontes ou repertórios, impressos e manuscritos, reduzidos a volumes ou sob a forma de fichas, que dão conhecimento do que se contém no recheio de alguns núcleos ou colecções do arquivo nacional, apontemos o respectivo *Index Indicum*, elaborado por João Martins da Silva Marques e publicado em 1935.

Três monografias, estas, que correspondem a três épocas — porém, quando decorridos três ou dois quartos de século após a sua publicação, todas elas ainda procuradas, e sempre com proveito, por todo o investigador atento. Estão ultrapassadas, sem dúvida, quando em confronto com as exigências actuais da Arquivística. Todavia, e mesmo ultrapassadas do ponto de vista técnico, quanto seria de desejar que monografias do ponto de técnico, quanto seria de desejar que monografias idênticas tivessem sido dedicadas, algum dia, aos principais arquivos portugueses. Monografias que nos ofertassem uma visão de conjunto — porque índices parcelares, felizmente, já os temos, para um ou outro caso. E para o caso, por exemplo, do Arquivo Municipal do Porto, como daqui a pouco será anotado. Mas esse exemplo data de há quase dois séculos.

3. Os Arquivos do Porto, que são — ou deviam ser — o objecto principal destas observações, distinguem-se entre os demais, como foi já observado, se não pela variedade, ao menos pela quantidade e pela qualidade dos núcleos que integram. Podemos avançar para uma conclusão: os mesmos núcleos, pelas razões apontadas, não interessam em exclusivo ao estudo da vida económica, social e cultural da cidade e do seu termo, uma vez que pelo seu conteúdo vêm a revestir-se da qualidade que os impõe como fundamentais, no âmbito nacional, para o conhecimento perfeito inserido na mesma área e nas respectivas especializações. Bem o sabe, por experiência, quem algum dia recorreu, pelo menos, aos que julgava os mais acessíveis de todos esses núcleos mas que o não são, todavia, tanto quanto seria de desejar ou de exigir, por razões várias que nos dispensamos de enumerar ou comentar nesta oportunidade. E se aludimos, há pouco, à qualidade que confere a categoria de *nacionais*, e não apenas a de *regionais*, a alguns dos arquivos portuenses, apenas o fizemos com o propósito de incentivar os novos que são atraídos para o caminho da pesquisa, apontando-lhes um campo que está longe de ser desbravado em toda a sua extensão e muito menos aprofundado em todo o volume dos seus recursos.

4. É tempo, bem o reconhecemos, de abandonar as considerações inseridas no âmbito da generalidade, para nos atermos, como se impõe, ao que é próprio ou específico, no caso dos arquivos portuenses. Passamos a fazê-lo, posto que resumidamente, em obediência ao esquema em que eles podem ser inseridos e que decorre, no que diz respeito à sua classificação, das disposições legais estabelecidas e mantidas. Já não estão em causa, por isso, nem a antiguidade, nem a importância ou o valor do seu conteúdo, nem a facilidade ou dificuldade com que neles depara o investigador, ao pretendermos inserir ou hierarquizar os arquivos portuenses dentro de um esquema adequado às exigências técnicas dos nossos dias. E então importa destacar para o primeiro lugar o Arquivo Distrital, relegando para as últimas posições do esquema os cartórios de instituições públicas e particulares.

De acordo com o que ficou exposto na Introdução e aqui de novo indicado, é o seguinte o conjunto em que estão integrados os Arquivos do Porto:

4.1 *Arquivo Distrital*. Instalado em condições precárias e sujeito aos maiores perigos, uma vez que não dispõe das mínimas condições de segurança, numa velha casa da Praça da República. Foi criado para cumprimento do disposto no Decreto de 27 de Julho de 1931, que reorganizou os serviços das bibliotecas e arquivos. Nos termos da lei, cabia-lhe, assim como a todos os congéneres então criados ou a criar no futuro, recolher, conservar e catalogar os documentos ainda na posse de entidades

várias, agindo assim em conformidade com o que era já observado da parte de outros arquivos.

Foram então incorporados os cartórios notariais e paroquiais de todo o distrito, de acordo com a regra que determina a data a partir da qual os códices ou processos não devem permanecer nos mesmos cartórios.

O Arquivo incorporou também, por mais de uma vez, processos e outra documentação dos tribunais judiciais, embora a recolha destes últimos não se tenha verificado com a regularidade que a lei impõe, pelo facto de as instalações não o permitiram. Pouco conhecido, porém excepcionalmente valioso, é o conjunto de processos do antigo arquivo do Tribunal da Relação.

Também logo após a sua criação, recolheram ao Arquivo os espólios de velhos cartórios conventuais que se mantinham na posse dos serviços do Ministério das Finanças. O que então se verificou, em benefício do Arquivo portuense e de outros, correspondeu, na verdade, a uma descentralização, dado que, anteriormente, esses mesmos espólios eram apenas recolhidos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Alguns dos fundos de antigos cartórios conventuais então recolhidos dispunham de índices próprios e esses foram também integrados nas colecções incorporadas, permitindo o conhecimento de todas as fontes diplomáticas dos mesmos cartórios e da sua organização, compreendendo, como é óbvio, não apenas os livros recolhidos no Arquivo Distrital, mas também os diplomas avulsos que recolheram à Torre do Tombo em sucessivas incorporações, a última das quais efectuada em 1912.

Toda esta documentação foi devidamente inventariada, quando da sua incorporação. Posteriormente, decorreu e prossegue o estudo e indexação de cada um dos cartórios, dispondo assim o Arquivo de indicadores, não vulgares entre nós, que facilitam o iniciar de pesquisas e o seu prosseguimento. Além disso, o Arquivo guarda, em depósito, o precioso espólio que é um conjunto de fichas recolhidas pelo seu antigo director, o historiador Artur de Magalhães Basto, no decurso das investigações a que dedicou toda a sua vida.

A instalação do Arquivo, após a sua criação, foi confiada ao seu conservador José Gaspar de Almeida, devendo-se-lhe a elaboração dos primeiros inventários, índices e roteiros. O cartório do Cabido do Porto mereceu-lhe atenção especial, bem demonstrada nas duas publicações que lhe dedicou: o *Inventário*, publicado em 1935, e o *Índice-Roteiro dos chamados Livros dos Originais*, impresso no ano seguinte.

4.2 *Arquivo Municipal do Porto*. Ocupa, sem contestação, o segundo lugar, entre os grandes cartórios municipais portugueses considerados como os mais importantes, a título diverso: pela sua antiguidade, pelo valor das suas colecções ou pela organização de que beneficiam.

Considerámo-lo, está de ver, no seu todo, sem ignorarmos, todavia, que de há muito se estuda e procura obter que seja institucionalizado o que na prática já se observa: ao lado de um Arquivo de Administração, aumentado dia a dia, há um Arquivo Histórico, este a dever beneficiar, teoricamente, no mesmo dia a dia, da incorporação sucessiva de volumes ou documentos avulsos que pela sua datação não devem permanecer no primeiro.

A destrinça foi estabelecida, há anos, quando da criação do Arquivo Histórico e da sua instalação na Sala dos Espelhos do Paço Episcopal — onde, ao tempo, estava sediada a própria Câmara Municipal. Os respectivos director e sub-director, que eram o Prof. Damião Peres e Eleutério Cerdeira — não mais empregados havia no seu quadro de pessoal — ocupavam-se, entretanto, da tarefa acarretada pela publicação da *História de Portugal*, de costume citada como de Barcelos, por ter sido aí editada. Entretanto, a contenção de despesas levava o Município a extinguir o Arquivo Histórico, que teve bem curta duração na sua primeira fase.

As mesmas colecções que haviam sido apartadas e afectadas ao Arquivo Histórico, vieram de novo a sê-lo para então formarem o núcleo primitivo do Gabinete de História da Cidade, criado em 1936. Acomodadas numa pequena sala do rés-do-chão do Paço Episcopal, aí permaneceram até à sua transferência para uma casa-torre reconstruída no Terceiro da Sé, quando da urbanização do local, em 1939-1940. Juntaram-se às primeiras outras colecções, esquematizando-se uma organização obediente às exigências da técnica e com vista à publicação de um Roteiro.

Assim o planeámos e assim o esboçámos, mas a tarefa veio a ser interrompida em 1947, quando tivemos de abandonar a direcção efectiva do Gabinete de História da Cidade para ir exercer idêntica função na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Ficou como testemunho da nossa intenção e a atestar a linha de rumo que definimos, a expressão *material* do projecto, patenteada na ordenação das colecções que logo determinou o seu *arrumo* na estantaria do arquivo, bem como o esboço de um *guia*, logo dactilografado, a partir do qual, e desenvolvendo-o, viria a ser elaborado o *Roteiro* definitivo. Lamentavelmente, não mais se tentou ou desejou avançar no sentido de completar o trabalho que fora delineado em obediência à técnica e iniciado por um técnico. Daí resulta que o Arquivo Histórico Municipal ainda não dispõe do *Roteiro* planeado e iniciado antes de 1947.

4.3 Podem ser considerados como os mais antigos documentos integrados nos núcleos do Arquivo Municipal, presentemente depositados no impropriamente chamado Gabinete de História da Cidade, uma carta de D. Dinis, lavrada em 1286, com o traslado do chamado Foral de D. Hugo, e o original da acta de uma *vereação* ou reunião do senado municipal celebrada em 1353,

documento este que comprova terem sido lavradas actas em anos anteriores aos de 1390 a 1395 — sendo estes os que estabelecem os limites daquelas que ficaram arquivadas no código que inicia a bem conhecida colecção dos *Livros das Vereações*.

Outras colecções vêm também a conferir especial qualidade ao Arquivo Municipal. Avultam entre elas a dos livros de *Próprias*, que reúnem documentos avulsos de vária origem, contando-se entre eles cartas régias.

Certamente por razões decorrentes da administração e tendo em vista facilitar a sua busca e consulta, uma vez que o seu número era já elevado, foi adoptado o critério de arquivar, em nova série, as chamadas *Próprias do Cofre*. Com a mesma finalidade, organizaram-se também livros de *Tombo dos bens do concelho* e outros relacionados com a cobrança de sisas, destacando-se entre estes os que serviam para o registo dos vinhos entrados na cidade ou dela exportados, pela barra do Douro ou por terra.

A história económica tem aí fontes de imprescindível consulta, na medida em que elas oferecem indicações nem sempre suspeitadas, sequer. Sobretudo, na área da época moderna.

Revertendo aos tempos da Meia Idade, citemos, neste passo, os cinco *Livros de Pergaminhos* e o famoso cartulário conhecido como *Livro grande*, que é uma certidão, passada a pedido do concelho, de todos os documentos arquivados, ao tempo, na Torre do Tombo e que diziam respeito à cidade e ao seu termo. Certidão autenticada pelo «guardador das escrituras», que era, na altura, o cronista Fernão Lopes.

Observemos, a propósito, que data de 1432 uma relação ou inventário de documentos dados em falta no cartório municipal, nada menos de sete *escrituras* que haviam sido entregues a quem fora incumbido de defender, junto da Corte, certos direitos do concelho. Mas só decorrido quase um século, precisamente no ano de 1513, é que foi elaborado um inventário exaustivo de todas as escrituras e outros diplomas que comprovavam os privilégios da cidade e do seu termo.

No decurso do século dezassete, a Câmara mandou elaborar oito novos *inventários* e *alfabetos* e determinou que se procedesse à *leitura nova*, daqueles códigos ou documentos avulsos cuja leitura, ao tempo, se revestia de dificuldades para os menos experimentados na interpretação das escritas velhas (*Livros A e B*, *Livros I e II das Chapas*, etc.).

Ao findar o século dezoito, o portuense e grande diplomata João Pedro Ribeiro prestou à sua terra um serviço assinalado, ao elaborar um *Índice Cronológico* dos documentos mais antigos, ou, em seu juízo, de maior interesse, de quantos ainda existiam no Cartório Municipal. Este *Índice* foi publicado há anos, porém deturpado o seu original com anotações estranhas e nem sempre correctas. Com aquele trabalho, era iniciada uma

tarefa que foi, depois, prosseguida e veio a contemplar toda a documentação: surgiram, assim, mas já no século dezanove, volumes de repertórios e índices, que ainda hoje facilitam o acesso à mesma documentação — como bem o sabem quantos deles se têm socorrido e logo que a sua consulta lhes é acessível. Iniciou a tarefa o cartorário Luís de Sousa Couto.

Seria bem alongada a enumeração de outros núcleos diplomáticos ou, até, iconográficos, integrados no Arquivo Municipal.

Interessam, todos eles, ao estudo da vida económica, social e cultural da cidade e do seu termo — desde as plantas antigas do Porto e projectos elaborados para construções, a implantar em ruas novas abertas nas áreas conquistadas pela urbe, até à documentação relacionada com o governo militar e que inclui os assentos dos que eram incorporados nas companhias da Ordenança, figurando, sob o nome de cada um deles, os nomes e idades dos seus familiares. Para não referir ou sublinhar, pela sua importância, os livros de registo das *visitas de saúde* aos navios que demandavam a barra do rio Douro, os livros das despesas acarretadas pelos festejos públicos e tantos outros.

Anote-se e louve-se, por fim, que a Câmara Municipal do Porto não se eximiu, a partir de 1899, de tornar públicos, pela impressão, os códices e documentos avulsos do seu arquivo, tornando-os acessíveis a todos os estudiosos. Naquele ano, era iniciada a bem conhecida série do *Corpus Codicum*. Uma nova série foi iniciada em 1937, sob a designação de *Documentos e Memórias*, e através dela se procurou estampar também documentos, a par de estudos variados, de passo que prosseguia a impressão de novos volumes da primeira. Caberá aqui um voto: que nunca e por nada venha a Câmara Municipal do Porto a decair na missão que se impôs há quase um século. Assim o exige o bom nome da cidade, assim o impõe a própria cultura nacional.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No termo destas observações, terá cabimento oportuno, segundo cremos, uma referência que visa apenas lembrar o que ultimamente — nas derradeiras décadas — tem sido feito com o propósito de divulgar, na quantidade e na qualidade, quais são as colecções documentais integradas em diversos arquivos. Referência esta que em um ou outro pormenor não é mais do que o desenvolvimento do que, antes, foi descrito ou anotado.

Antes do mais, apontemos um bom exemplo, bem digno de merecer a melhor atenção da parte dos responsáveis e dos técnicos — mais da parte destes, por serem eles, de há muito, os que se afirmam decididamente empenhados na tarefa. Queremos aludir ao exemplo que foi dado pela vizinha Espanha,

com a publicação, iniciada na década de cinquenta, de uma colecção de modelares guias dos seus arquivos. Apontemos dois, pelo menos: *O Guia del Archivo General de Simancas* (Madrid, 1958), e ainda, de autoria J. M. de la Peña Y Cámara, o *Guia del visitante do Archivo General de Indias de Sevilla* (Madrid, 1958).

Em 1947, J. Branquinho de Carvalho publicava o seu *Roteiro do Arquivo Municipal de Coimbra*. Anos após, era começada a publicação, por iniciativa de Luís Silveira, de um *Roteiro das Bibliotecas e dos Arquivos de Portugal* (1.º caderno: Lisboa, 1958), que, infelizmente, jamais foi completado.

Como indicadores dos caminhos de acesso às colecções de alguns arquivos portugueses e ainda do que importa fazer para que o mesmo acesso venha a ser facilitado a todos os investigadores, queremos citar, pelo menos, os trabalhos seguintes:

CARDOSO, Manuel — *Portugal. The Principal Depositories*. In «Guide to the Diplomatic Archives of Western Euorap» (Pensilvânia, 1960).

COSTA, Avelino de Jesus da — *Princípios Gerais da elaboração de instrumentos de trabalho em Arquivologia*. Coimbra, 1966.

COSTA, Mário Alberto Nunes — *Arquivos Portugueses*. Na «Enciclopédia Verbo» s.vb. *Arquivos*.

CRUZ, António — *Arquívus Portugueses*. No «Dicionário de História de Portugal» dirigido por Joel Serrão, s. vb. *Arquivos*.

DIFFIE, Bailey W. — *Bibliography of the Principal Published Guides to Portuguese Archives and Libraries*. Nas actas do I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Nashville, Tenn., 1953.

RAU, Virginia — *Arquivos de Portugal; Lisboa*. Nas actas citadas acima. Reimpresso, em 1961, pela Comissão Cultural Luso-Brasileira.

Finalmente e de uma vez por todas, bem de acordo com a definição do *Lexicon of Archive Terminologie* (colecção Elzevier — Lexicon, Londres — Nova Iorque, 1964), entendemos como *Inventário* a descrição sistemática, mais ou menos pormenorizada, dos elementos que compõem um ou diversos fundos de arquivos, considerando como *Roteiro* ou *Guia* aquele instrumento de trabalho que serve para orientar o investigador no conhecimento e exploração dos mesmos fundos.